



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**BRUNA MAGALHÃES D'ANGELO FREITAS**

**O PATRIMÔNIO TECIDO POR MULHERES:**

Tapetes artesanais de Cachoeira do Brumado, Mariana, Minas Gerais

OURO PRETO

2024

BRUNA MAGALHÃES D'ANGELO FREITAS

**O PATRIMÔNIO TECIDO POR MULHERES:**

Tapetes artesanais de Cachoeira do Brumado, Mariana, Minas Gerais

Monografia apresentada ao curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Turismóloga.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra.<sup>a</sup> Luana Melo e Silva

OURO PRETO

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F866o Freitas, Bruna Magalhaes D'Angelo.  
O Patrimônio tecido por mulheres [manuscrito]: tapetes artesanais de  
Cachoeira do Brumado, Mariana, Minas Gerais. / Bruna Magalhaes  
D'Angelo Freitas. - 2024.  
68 f.: il.: color., tab., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Luana Melo e Silva.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola  
de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Turismo .

1. Patrimônio cultural. 2. Mulheres - Artesãs. 3. Artesanato. 4.  
Cachoeira do Brumado (Mariana, MG). I. Melo e Silva, Luana. II.  
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.48

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Bruna Magalhães D'Angelo Freitas**

**O patrimônio tecido por mulheres:**

**Tapetes artesanais de Cachoeira do Brumado, Mariana, Minas Gerais**

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Turismo

Aprovada em 11 de outubro de 2024

### Membros da banca

Dra. Luana Melo e Silva - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dra. Kerley dos Santos Alves (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Ms. Gabriela Maria de Lana Pinto (Universidade Federal de Ouro Preto)

Luana Melo e Silva, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/11/2024



Documento assinado eletronicamente por **Luana Melo e Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/11/2024, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0805147** e o código CRC **4C8F9066**.

Às minhas avós, Maria Helena e Laudejur (in memoriam)

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha mãe por todos os ensinamentos essenciais para que eu me tornasse quem sou hoje; ao meu pai, pelo apoio e compreensão incondicionais; e às minhas irmãs, pelos aprendizados compartilhados.

À Universidade Federal de Ouro Preto, pelo ensino público, gratuito e de qualidade, e por todas as atividades extracurriculares oferecidas, que foram pilares para a minha construção; aos professores do Departamento de Turismo, pelas reflexões e pela formação.

À minha orientadora, Luana, por todas as contribuições valiosas a este trabalho tão importante, e à minha banca de mulheres incríveis, Kerley e Gabi. Vocês três realizam um trabalho admirável e inspirador na preservação do patrimônio cultural.

Aos meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado, inclusive nesta jornada universitária, e aos que chegaram ao longo da caminhada, minha gratidão pelo acolhimento e apoio. Ao meu amado companheiro, agradeço pela cumplicidade e carinho de sempre.

Aos turismigos, meu agradecimento pela falazada turística e por toda troca acadêmica vivenciada em sala, visitas técnicas, e além. Vocês foram fundamentais na minha trajetória durante o curso.

Ao meu terapeuta, cuja orientação e apoio têm sido fundamentais, expressei minha profunda gratidão. E a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço a mim mesma, por toda força, dedicação e persistência!

## **RESUMO**

Esta pesquisa investiga as relações entre gênero e a transmissão de saberes por meio da produção artesanal de tapetes em pita e sisal, predominantemente confeccionados por mulheres no distrito de Cachoeira do Brumado, município de Mariana, Minas Gerais. O saber-fazer desses tapetes é reconhecido como parte do patrimônio cultural imaterial da região, com um grupo de mulheres atuando como protagonistas na sua preservação e mantendo essa tradição como uma importante fonte de sustento. Para a realização deste estudo, foi empregada a metodologia de revisão bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica forneceu informações sobre a história do distrito e os primórdios da tradição artesanal na região, enquanto a investigação documental foi essencial para complementar essa análise, permitindo um entendimento mais aprofundado. Além disso, examinou-se a literatura sobre as relações entre gênero e patrimônio, com foco no patrimônio imaterial, para compreender melhor as dinâmicas envolvidas. Este trabalho visa esclarecer a importância cultural e econômica dos tapetes artesanais na vida das mulheres, considerando suas interações com as dinâmicas sociais. Como resultado, busca-se documentar a história do artesanato de tapetes de pita e de sisal em Cachoeira do Brumado, enfatizando a perspectiva das mulheres cachoeirenses e suas contribuições para a preservação dessa prática tradicional.

**Palavras-chave:** Patrimônio imaterial; gênero; artesanato; Cachoeira do Brumado.

## **ABSTRACT**

This research investigates gender relations and the transmission of knowledge through the artisanal production of rugs made from pita and sisal, primarily carried out by women in the district of Cachoeira do Brumado, municipality of Mariana, Minas Gerais. The craftsmanship of these rugs is recognized as part of the region's intangible cultural heritage, with a group of women acting as protagonists in its preservation and as responsible for maintaining this tradition as an important source of livelihood. For this study, a methodology of literature review and document analysis was employed. The literature review provided information about the history of the district of Cachoeira do Brumado and the origins of the artisanal tradition in the region. Document investigation was essential to complement this analysis, allowing for a more in-depth understanding. Additionally, the literature on the relationships between gender and heritage, focusing on intangible heritage, was examined to better understand the dynamics involved. This work aims to clarify the cultural and economic importance of artisanal rugs in the lives of women, considering their interactions with social dynamics. As a result, it seeks to document the history of pita and sisal rug craftsmanship in Cachoeira do Brumado, emphasizing the perspective of local women and their contributions to the preservation of this traditional practice.

**Keywords:** Intangible heritage; gender; craftsmanship; Cachoeira do Brumado.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bruninha aprendendo a tecer tapetes.....	10
Figura 2 - Outro registro da pequena Bruna tecendo.....	10
Figura 3 - Familiares tecendo juntos um tapete em tamanho de quadro 2x1,5m.....	13
Figura 4 - Artesãs tecendo juntas um tapete de pita.....	15
Figura 5 - Centro histórico de Mariana - MG.....	18
Figura 6 - Queda d'água de Cachoeira do Brumado e seu artesanato.....	19
Figura 7 - Vista da cidade de Mariana pintada em aquarela.....	20
Figura 8 - As igrejas de São Francisco, de Nossa Senhora do Carmo e o tropeiro, na Praça MG.....	21
Figura 9 - Tropeirismo em Mariana - MG.....	23
Figura 10 - Vista para Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Cachoeira do Brumado.....	25
Figura 11 - Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Cachoeira do Brumado.....	26
Figura 12 - Fotografias de Cachoeira do Brumado em uma matéria do jornal local.....	27
Figura 13 - Artesã Dona Figiniha tecendo tapete de sisal redondo.....	29
Figura 14 - Artesã tecendo tapete de pita.....	42
Figura 15 - Queda d'água da cachoeira Brumado, no distrito de Cachoeira do Brumado.....	43
Figura 16 - Festa da Panela de Cachoeira do Brumado, Mariana, MG.....	46
Figura 17 - Sociedade Musical Oito de Dezembro, de Cachoeira do Brumado.....	47
Figura 18 - Memorial dos Tropeiros Antônio Pedro Eleutério.....	47
Figura 19 - Painéis de pedra sabão de Cachoeira do Brumado.....	48
Figura 20 - Artesanatos em madeira de cedro feitos pelo escultor Adão.....	48
Figura 21 - Obras do escultor Artur em uma exposição em Belo Horizonte (MG).....	49
Figura 22 - Tapetes de sisal e cesto com fios de sisal dentro.....	49
Figura 23 - Filha de artesão aprendendo a tecer tapetes.....	51
Figura 24 - Filho de artesã tecendo tapete.....	52
Figura 25 - Piteira encontrada pelas ruas do distrito de Cachoeira do Brumado.....	53
Figura 26 - Pita sendo lavada e preparada para uso.....	53
Figura 27 - Como é feita a secagem das cordas.....	54
Figura 28 - A pita ressecada pronta para uso.....	54
Figura 29 - Mercadoria de sisal sendo entregue no distrito.....	55
Figura 30 - Fardos de sisal sendo entregues em Cachoeira do Brumado.....	55
Figura 31 - Respectivamente, os teares para tecer tapetinho e manta.....	56
Figura 32 - Tear para tecer as chamadas passadeiras ou tiras.....	56
Figura 33 - Dona Figiniha tecendo tapete redondo.....	57
Figura 34 - Tapetes de sisal sendo finalizados.....	57
Figura 35 - Tapete sendo sapecado para tirar o excesso de fiapos de sisal.....	58
Figura 36 - Tapete de sisal finalizado e já em uso.....	58

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. CULTURA, ARTESANATO E O NASCIMENTO DE UMA TRADIÇÃO EM CACHOEIRA DO BRUMADO.....	11
1.1 Cultura, artesanato e gênero.....	11
1.2 Cachoeira do Brumado e o nascimento de uma tradição.....	19
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL: O ANO DE 1988 E AS DINÂMICAS DE PARTICIPAÇÃO FEMININA.....	31
2.1 Política de preservação do patrimônio no Brasil: 1988.....	32
2.2 Patrimônio, Gênero e Lutas Femininas no Contexto da Preservação Cultural.....	37
3. TAPETES ARTESANAIS COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE CACHOEIRA DO BRUMADO.....	43
3.1 O distrito de Cachoeira do Brumado nos dias atuais.....	43
3.2 Tapete artesanal e o patrimônio cultural tecido por mulheres.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64

## INTRODUÇÃO

O artesanato é uma forte expressão da cultura local, que reflete os saberes, as habilidades e os valores transmitidos por gerações, é um elo essencial para a construção da identidade de um povo, carregando consigo histórias e significados que são únicos de determinada região ou grupo. Além de seu valor estético, o artesanato simboliza o patrimônio imaterial de uma sociedade, englobando práticas e técnicas que fazem parte da herança cultural, contribuindo para estabelecer uma conexão profunda entre os indivíduos e seu território. A valorização do patrimônio cultural inclui a proteção e o reconhecimento dessas formas de expressão, não apenas como objetos de arte, mas como componentes vitais que mantêm viva a identidade e a cultura de uma comunidade diante das mudanças sociais e econômicas.

O reconhecimento do patrimônio imaterial no Brasil, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, ampliou significativamente os conceitos e percepções acerca do que constitui patrimônio cultural, abrangendo manifestações culturais, práticas rituais, saberes tradicionais, entre outros aspectos. No entanto, o reconhecimento e valorização do papel das mulheres nesse contexto histórico e patrimonial ocorreu de forma tardia, refletindo as dinâmicas de poder e as perspectivas políticas vigentes.

Observa-se que, paralelamente ao processo de reconhecimento do patrimônio imaterial, houve um tempo considerável até que as contribuições das mulheres fossem devidamente reconhecidas e valorizadas. Essa demora teve implicações significativas no reconhecimento e na valorização das atividades desempenhadas por elas. Um exemplo emblemático é o saber-fazer representado pela tradição dos tapetes artesanais do distrito de Cachoeira do Brumado, uma prática essencial para a identidade do distrito e para a autonomia das mulheres locais, porém marcada por lacunas na documentação e na preservação de sua trajetória e importância histórica.

O saber-fazer dos tapetes de pita e sisal de Cachoeira do Brumado é transmitido de geração em geração. Desde a infância, tanto filhas quanto filhos das artesãs aprendem a arte do ofício, reunindo-se para contribuir com o sustento da família. Contudo, ao longo do tempo, surgiram novas oportunidades de trabalho, além de outras variáveis que resultaram na diminuição das vendas e na quantidade de artesãs. É fundamental compreender essas transformações para definir as ações necessárias para preservar essa tradição.

Pesquisas revelaram certa escassez de documentos e informações sobre o artesanato de tapetes em pita e sisal. Além disso, observou-se uma falta de visibilidade e reconhecimento, levantando questões sobre como as dinâmicas de gênero influenciam a valorização do artesanato. Dessa forma, a presente pesquisa teve como objetivo, entender essas relações de gênero, analisando se as mulheres enfrentam barreiras específicas para a valorização do seu trabalho artesanal. Simultaneamente, buscou-se mapear o contexto atual da atividade, envolvendo aspectos como a demanda do mercado, acesso a recursos, capacitação e condições de trabalho, o que contribui para um entendimento mais abrangente sobre a realidade do artesanato na região, servindo como base para políticas de valorização e apoio a esta prática.

Diante desse contexto, buscou-se investigar a trajetória dos tapetes de pita como patrimônio imaterial e seu impacto na vivência e independência das mulheres em Cachoeira do Brumado. A pesquisa visa preencher lacunas históricas, documentar a importância dessa prática na comunidade e contribuir para uma maior valorização do patrimônio imaterial sob a perspectiva de gênero. Ao longo do trabalho, pretendia-se utilizar da metodologia da história oral, com vista a evidenciar a identidade local a partir das falas das próprias artesãs, no entanto, após passados três meses de espera por um retorno do comitê de ética, não havia mais tempo para aguardar um parecer, sendo necessário dar continuidade por meio de outras fontes e métodos, nos quais busquei prevalecer as histórias já contadas através de outros meios pela própria comunidade, utilizando de livros, trabalhos e dissertações, jornais locais e publicações institucionais e informacionais. Desse modo, foi realizada pesquisa documental, a partir de uma abordagem qualitativa, cujo foco estava em compreender a complexidade dos fenômenos, as interpretações e o contexto dos dados. A interpretação das informações coletadas foi realizada por meio da análise de conteúdo, que, de acordo com Bardin (1977), é um conjunto de técnicas aplicadas para examinar comunicações de forma sistemática e objetiva, tendo como objetivo descrever o conteúdo das mensagens (como textos, falas ou mídias) de maneira organizada, a fim de identificar elementos que possam ser analisados qualitativamente. Ao analisar o conteúdo de uma mensagem, busca-se entender não apenas o que é dito, mas também os aspectos subjacentes relacionados ao contexto, às intenções do emissor e às interpretações do receptor. Esse método é estruturado em três fases principais: a pré-análise, a análise do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Primeiramente, realizei a pré-análise, uma leitura inicial do material, na qual identifiquei pontos relevantes e defini o plano para orientar a análise. Em seguida, na análise do material, organizei os dados por meio de codificação e categorização, agrupando as informações em

padrões e temas que facilitassem uma visão estruturada do conteúdo. Por fim, no tratamento dos resultados, inferência e interpretação, processei os dados e extrai conclusões, relacionando os elementos analisados para desenvolver uma compreensão aprofundada do tema. Durante todo o processo, mantive flexibilidade entre as etapas, revisitando e reinterpretando os dados à medida que novas questões surgiam, o que enriqueceu a análise e ampliou a profundidade dos resultados obtidos.

A estrutura deste trabalho é composta por três capítulos, cada um abordando diferentes aspectos relacionados ao artesanato, à preservação cultural e ao papel das mulheres nesse contexto. O 1º capítulo introduz o tema discutindo o artesanato como expressão cultural e patrimônio imaterial, com foco na valorização dos saberes tradicionais e no papel do artesanato na economia, especialmente no turismo e na geração de renda. Neste capítulo, destaca-se a atuação das mulheres como guardiãs das tradições, além de apresentar um panorama do artesanato em Mariana e Cachoeira do Brumado, com ênfase nos tapetes de pita e sisal. No segundo capítulo é feita uma análise histórica e legislativa das políticas de preservação do patrimônio no Brasil, com especial atenção ao ano de 1988, e explora a participação das mulheres nesse cenário, examinando os desafios e conquistas na construção de políticas patrimoniais. Já o capítulo 3, foca na atualidade de Cachoeira do Brumado, analisando sua situação socioeconômica e cultural, e destaca a relevância do artesanato de tapetes na manutenção da identidade local e nas ações para fortalecer o patrimônio cultural diante das transformações contemporâneas.

Este trabalho teve um impacto significativo para mim como autora, pois me permitiu conhecer um pouco mais sobre minha avó paterna, Laudejur, a quem não tive a oportunidade de celebrar em vida, e que tanto fez na história dos tapetes artesanais de Cachoeira do Brumado. Além disso, essa experiência me ajudou a fortalecer a conexão com minhas raízes, que se entrelaçam por meio de histórias, estórias, pitas e sisal. O artesanato revela-se fortemente intergeracional: quando criança, aprendi a tecer com minha mãe, Maria de Lourdes, que aprendeu com minha avó, Maria Helena, e esta, por sua vez, com minha bisavó, Carlinda. A arte une as pessoas e mantém viva muitas histórias!

Figura 1 - Bruninha aprendendo a tecer tapetes



Fonte: Maria de Lourdes. Acervo pessoal. (2002)

Figura 2 - Outro registro da pequena Bruna tecendo



Fonte: Maria de Lourdes. Acervo pessoal (2002)

## **1. CULTURA, ARTESANATO E O NASCIMENTO DE UMA TRADIÇÃO EM CACHOEIRA DO BRUMADO**

Para introduzir o tema, neste capítulo, desenvolve-se uma discussão acerca do artesanato enquanto forma de expressão cultural, produção artística e parte integrante do patrimônio imaterial de uma região, destacando o papel do artesanato na preservação da cultura local e na valorização dos saberes tradicionais, que estão ameaçados pela produção industrial. Aborda-se também o impacto do artesanato no turismo e na geração de renda, bem como seu alinhamento com os objetivos de desenvolvimento sustentável, e discute a relação do artesanato com as questões de gênero, destacando o papel das mulheres como guardiãs e transmissoras de técnicas ancestrais. Em seguida, apresenta-se dados sobre a formação e desenvolvimento econômico e cultural do município de Mariana e de seu distrito, Cachoeira do Brumado, além de destacar as origens do artesanato local, dando enfoque no objeto de estudo que são os tapetes de pita e de sisal, e destacando sua significativa contribuição para a tradição artesanal da região.

### **1.1 Cultura, artesanato e gênero**

Artesanato é a arte de criar objetos por meio da transformação da matéria-prima pelas mãos humanas. É uma manifestação artística, uma linguagem e uma expressão cultural, que comunica valores, identidades e significados específicos de uma comunidade e reflete as características de um determinado lugar, servindo como um componente vital do patrimônio imaterial dessa região. Isso significa que o artesanato não é apenas um produto físico, mas também carrega consigo a cultura, a história e as tradições locais, funcionando como um elo entre o passado e o presente.

Falar de artesanato, implica, necessariamente, falar em cultura, memória, identidade, tradição, saberes e do patrimônio cultural brasileiro. O artesanato está presente em uma infinidade de setores como a moda, a gastronomia, a produção de móveis, na economia criativa e na construção civil. Em um momento em que tradições vão se perdendo à medida que a sociedade valoriza cada vez mais produtos industrializados e padronizados, o artesanato se apresenta como alternativa para a preservação e valorização de saberes ancestrais transmitidos pelos mestres às novas gerações. Tem o poder de impactar grupos e associações pela geração de renda, transformando o cenário de cidades e criando destinos turísticos.

De acordo com a Rede Artesol, “artesanato é a arte de criar objetos por meio da transformação da matéria-prima, usando as mãos como o principal instrumento de trabalho”. O artesanato é uma forma de expressão que reflete tanto a individualidade do artesão quanto os valores coletivos de uma comunidade. Os aspectos pessoais, como as escolhas de design, os gestos e o ritmo de trabalho do artesão, são incorporados ao objeto produzido, conferindo-lhe características únicas. Ao mesmo tempo, o artesanato carrega elementos estéticos e valores culturais que são compartilhados e reconhecidos pelo grupo ao qual o artesão pertence, representando a identidade e a tradição coletiva daquela comunidade. Assim, cada peça artesanal é um reflexo do artesão e de sua cultura.

O processo de produção artesanal envolve um conjunto de etapas interligadas que vão desde a coleta dos materiais até a venda dos produtos finalizados. A obtenção da matéria-prima refere-se à busca por recursos naturais ou materiais recicláveis, enquanto o processamento envolve o tratamento e a preparação desses materiais para a confecção dos objetos. A confecção é a etapa em que o artesão aplica suas habilidades e técnicas para criar as peças, e a comercialização diz respeito à venda desses produtos, que pode ocorrer em feiras, lojas ou online. O artesanato pode ser realizado tanto de forma individual, por um único artesão, quanto coletiva, envolvendo grupos de pessoas que trabalham juntas. Essa produção muitas vezes é acompanhada de práticas culturais, como cantos, rituais e festas, que conectam o ato de criar com a vida social e cultural da comunidade. Essas atividades não apenas enriquecem o processo artesanal, mas também fortalecem os laços sociais e culturais entre os participantes, destacando a importância do artesanato como um elemento integral da identidade e da vida comunitária.

Figura 3 - Familiares tecendo juntos um tapete em tamanho de quadro 2x1,5m



Fonte: Maria da Glória. Acervo pessoal (1997)

A definição de artesanato estabelecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Simpósio Internacional/CCI de 1997, determina:

“Produtos artesanais são aqueles confeccionados por artesãos, seja totalmente à mão, com o uso de ferramentas ou até mesmo por meios mecânicos, desde que a contribuição direta manual do artesão permaneça como o componente mais substancial do produto acabado. Essas peças são produzidas sem restrição em termos de quantidade e com o uso de matérias primas de recursos sustentáveis. A natureza especial dos produtos artesanais deriva de suas características distintas, que podem ser utilitárias, estéticas, artísticas, criativas, de caráter cultural e simbólicas e significativas do ponto de vista social” (UNESCO, 1997, apud BORGES, 2011, p. 21).

O ato de criar peças artesanais promove uma continuidade histórica, onde o passado e o presente se encontram, pois ao realizar essa prática, o artesão resgata saberes tradicionais e os aplica de maneira contemporânea, esse processo não apenas preserva técnicas antigas, mas também as adapta às novas demandas e contextos culturais. Para Keller (2014, p. 324), o trabalho artesanal se insere nas dimensões sociais de forma cultural, econômica e institucional, sendo um campo capaz de “promover a inclusão social por meio da geração de renda e ocupação e de resgatar valores culturais e regionais”.

Os objetos feitos por mãos humanas são aqueles que trazem intrínsecos uma série de saberes e conhecimentos ancestrais. Artesanato significa a capacidade de transformar matéria-prima em objetos úteis ao cotidiano. São técnicas passadas de geração para geração dentro de comunidades, grupos, núcleos familiares. Muitas vezes ele está relacionado ao bioma, feito a partir de materiais disponíveis em determinado território. Os saberes e as técnicas presentes na confecção dos objetos artesanais podem ser compreendidos como um patrimônio imaterial de um grupo ou comunidade. É patrimônio porque é herança, transmitido de geração para geração, e assim permanência do passado ressoando no presente. É imaterial porque atravessado por memórias, histórias, é tradição e, portanto, intangível. No entanto, o produto é perfeitamente tangível, concreto, e expressão da identidade do grupo produtor daquele bem cultural.

Conforme discorre Machado (2016, p. 52), a atividade de artesanato faz parte da humanidade desde os primórdios, tendo sido por muito tempo a única forma de se criar artefatos, sendo estes construídos a partir das necessidades cotidianas. A artesã, enquanto agente conhecedora de um ofício manual, transmite saberes para seus aprendizes. Além disso, o artesanato contribui para a valorização e celebração das culturas locais e regionais, ao serem confeccionados manualmente por artesãos que utilizam técnicas tradicionais e matérias-primas sustentáveis. Dessa forma, o artesanato está ligado de maneira intrínseca ao conceito de patrimônio cultural, pois mantém vivas práticas que representam diferentes grupos sociais e que, de outro modo, poderiam ser esquecidas.

A criação de objetos artesanais é um dos primeiros atos de interação dos seres humanos com a natureza, envolvendo a transformação de matérias-primas em itens úteis. Esse processo é fundamental para a constituição da humanidade, tendo em vista que a habilidade de criar e usar ferramentas e objetos é uma característica definidora do que significa ser humano. A fabricação de objetos não apenas resulta em produtos físicos, mas também confere a esses objetos usos, significados e representações culturais. Assim, cada item criado carrega consigo histórias e valores, refletindo a cultura e as tradições de quem o produz. Desde então, uma infinidade de objetos foi criada artesanalmente pelos seres humanos, incluindo roupas, sapatos, acessórios, utensílios domésticos como panelas e itens decorativos, além de diversos produtos para o uso cotidiano.

Figura 4 - Artesãs tecendo juntas um tapete de pita



Fonte: Documentário “E assim foi...”, década de 1970.

No Século XVIII, a Revolução Industrial transformou o modo de produção de bens, promovendo um novo ritmo, no qual a produção passou a ser realizada em larga escala por máquinas, resultando em objetos padronizados e uniformes. Embora essa mudança tenha trazido certo conforto e eficiência, ao criar produtos úteis para a vida cotidiana, também gerou consequências negativas. Uma dessas consequências foi a "separação entre o homem e a criação", que significa que os trabalhadores passaram a estar distantes do processo criativo e da técnica envolvida na fabricação de produtos. A produção em massa, dominada por maquinários, relegou os artesãos a papéis repetitivos e mecanizados, em que suas habilidades manuais e criativas eram subutilizadas. A alienação que resultou dessa dinâmica não apenas desumanizou o trabalho, mas também levou ao esquecimento de muitos saberes tradicionais que haviam sido passados de geração para geração.

Dessa forma, a Revolução Industrial não apenas alterou a maneira como os bens eram produzidos, mas também teve um impacto profundo na cultura e na identidade do trabalho, contribuindo para a desvalorização de práticas que, embora menos eficientes em termos de escala, eram ricas em significado e conexão humana. Essa perda de conexão entre o artesão e o seu ofício representa um dos legados mais duradouros da industrialização, que ainda ressoa nas discussões contemporâneas sobre o valor do artesanato e a importância de preservar saberes tradicionais em um mundo cada vez mais mecanizado. Evocando pensamentos de Canclini, Miriel Herrmann aborda sobre como “Os trabalhos artesanais obedecem a outra forma de fabricação, que no meio urbano acabaram sendo supridas pelas indústrias, onde a

disputa é desfavorável, levando os artesãos à prática de serviços marginais” (HERRMANN, (2016, p. 808).

À medida que a sociedade se volta cada vez mais para produtos produzidos em massa, muitas práticas tradicionais e conhecimentos ancestrais relacionados ao artesanato estão sendo gradualmente esquecidos. Isso é preocupante porque esses saberes não apenas representam uma herança cultural, mas também contêm informações valiosas sobre sustentabilidade, manejo adequado de matérias-primas e soluções criativas que foram desenvolvidas ao longo do tempo. Os saberes tradicionais frequentemente envolvem o uso de recursos locais de maneira sustentável, respeitando os limites do meio ambiente e promovendo a conservação. Com a perda dessas práticas, também se extingue uma forma de conhecimento que poderia contribuir para abordagens mais sustentáveis na produção e consumo, especialmente em um momento em que a sustentabilidade é uma necessidade crescente na sociedade contemporânea.

Além disso, a Revolução Industrial influenciou significativamente a natureza do trabalho e as relações de gênero. Nesse contexto, o capitalismo emergente começou a valorizar atividades que geravam "mais-valia", ou seja, aquelas que produziam lucro direto e eram realizadas em ambientes produtivos reconhecidos, como fábricas e mercados. Com essa mudança, o trabalho doméstico e artesanal — frequentemente associado às mulheres e realizado em esferas não formalizadas — foi relegado a uma posição secundária, perdendo visibilidade e reconhecimento. Essa dinâmica refletiu e perpetuou uma divisão sexual do trabalho, em que as contribuições femininas passaram a ser desvalorizadas, mesmo que desempenhassem um papel crucial na economia e na manutenção das comunidades.

Essa desvalorização se reflete na "divisão sexual do trabalho", que descreve como as responsabilidades e funções são distribuídas entre os gêneros em diferentes sociedades,

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). (Kergoat, 2003, p. 55-56).

Tradicionalmente, essa divisão atribui aos homens a predominância em esferas produtivas e de maior prestígio, enquanto as mulheres são frequentemente direcionadas para atividades reprodutivas, que envolvem cuidados familiares e gestão do lar, além do trabalho

artesanal, que muitas vezes ocorre em contextos domésticos, não recebe o reconhecimento adequado e é considerado menos relevante.

Embora o artesanato seja uma prática antiga, ele possui relevância e importância no mundo moderno, respondendo às necessidades atuais de uma sociedade que busca alternativas mais sustentáveis e personalizadas. O artesanato, portanto, não é apenas uma forma de produção, mas também um meio de preservar e valorizar tradições, promovendo a criatividade e a conexão com o meio ambiente de maneira que produtos industrializados muitas vezes não conseguem. Em setembro de 2015 os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) adotaram uma política de desenvolvimento sustentável. São 17 objetivos listados na Agenda 2030 que visam a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas. Pode-se dizer que muitas associações e redes de artesanato estão alinhadas com os objetivos da ONU para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Em 1938, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tombou o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Mariana, reconhecendo seu valor histórico e cultural para o Brasil. Posteriormente, a cidade foi declarada monumento nacional pelo Decreto-Lei nº 7.713 de 6 de julho de 1945,

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, CONSIDERANDO que as expressões características do desenvolvimento da civilização brasileira, pelo esforço dos antepassados, deve constituir objeto de culto cívico nacional; CONSIDERANDO que os habitantes do Estado de Minas Gerais tem na cidade de Mariana a fonte de sua vida civil e o marco inicial de seu trabalho pelo engrandecimento da Pátria; CONSIDERANDO que em Mariana os testemunhos dessa tradição formam precioso acervo de monumentos do arte e história, posto sob a guarda e proteção do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; CONSIDERANDO que transcorre no corrente ano o segundo centenário da elevação de Mariana a cidade e bem assim da criação de seu bispado, RESOLVE: Artigo único. O conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Mariana, no Estado de Minas Gerais, tombado para os fins do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, é erigido em monumento nacional. (BRASIL, Decreto-Lei nº 7.713/1945).

Recentemente, a UNESCO concedeu à cidade a chancela internacional, que a designou como patrimônio da humanidade, reforçando sua importância na preservação do patrimônio. No entanto, seu patrimônio cultural transcende a arquitetura de sua sede, abrangendo uma rica diversidade que inclui um significativo patrimônio intangível. Esses registros têm como objetivo proteger tanto o patrimônio material quanto o imaterial, que são fundamentais para a identidade e a história local.

Localizada em um território que serve como um ponto de convergência para diferentes grupos e culturas formadoras da identidade nacional brasileira, Mariana abriga uma ampla gama de saberes e práticas que interagem com a natureza e transformam matéria-prima em arte. Entretanto, a configuração espacial e a economia da cidade foram profundamente influenciadas pela atividade mineradora desde o período colonial. Essa exploração gerou uma dependência econômica que, por sua vez, resultou em desastres ambientais de impactos nacionais, devastando territórios, vidas e memórias. Apesar disso, a resistência cultural permanece, refletida no patrimônio cultural imaterial da região, que inclui festividades, religiosidade, tradições e o artesanato.

Figura 5 - Centro histórico de Mariana - MG



Fonte: Pedro Vilela (2018)

No contexto do desenvolvimento sustentável e do alinhamento das práticas artesanais aos objetivos globais, é pertinente analisar o desenvolvimento do artesanato no distrito de Cachoeira do Brumado, pertencente a Mariana. Esse processo é caracterizado por transformações que incorporam práticas sustentáveis e adaptam técnicas tradicionais, sendo influenciado por uma relação dinâmica entre o meio ambiente e a comunidade, bem como por contextos políticos que moldaram as decisões locais. Assim, Mariana se apresenta não apenas como um espaço de rica herança cultural, mas também como um laboratório para a integração de saberes ancestrais e práticas sustentáveis que podem contribuir para a preservação de seu patrimônio imaterial.

Figura 6 - Queda d'água de Cachoeira do Brumado e seu artesanato



Fonte: Portal do Turismo, [s.d.]

## 1.2 Cachoeira do Brumado e o nascimento de uma tradição

A cidade de Mariana foi fundada em 1696, por bandeirantes em busca de ouro, que se estabeleceram no local, que logo tornou-se vila, sendo conhecida atualmente por ser a primaz de Minas Gerais, primeira vila, primeira cidade e primeira capital.

“O bandeirante Furtado de Mendonça e seus homens encontraram ouro às margens do ribeirão e se fixaram no arraial que se transformaria em um dos principais fornecedores do minério para Portugal. O modesto arraial adensava-se dia a dia, atraindo considerável multidão de vários pontos do Brasil e de Portugal, para a exploração das mais importantes jazidas auríferas de Minas, atividade econômica que perdurou por mais de um século e em cujo período floresceram numerosas localidades mineiras”. (IPHAN, 2014, n.p).

Figura 7 - Vista da cidade de Mariana pintada em aquarela



Fonte: Cartografia da conquista do território das Minas (2004)

Imagem 1 - Vila do Carmo antes de ser elevada a cidade



Fonte: Salomão de Vasconcelos (1967)

Figura 8 - As igrejas de São Francisco, de Nossa Senhora do Carmo e o tropeiro, na Praça MG



Fonte: Elcio Rocha (2001)

A cidade de Mariana passou por vários processos até os dias de hoje, seja em suas mudanças de titulações seja em seu nome. Um recorte da tabela da Cartografia da conquista do território das Minas evidencia parte dessas mudanças.

Tabela 1 - Um recorte da tabela de criação das Vilas de Minas Gerais no século XVIII

Criação das Vilas de Minas Gerais no século XVIII		
Nomes originais e atuais das vilas	Data de criação	Governador
Real Vila de N.S. do Carmo [Mariana]	8/04/1711	Antônio de Albuquerque
Leal Vila do Ribeirão do Carmo	1720	Conde de Assumar
Cidade de Mariana	23/04/1745	Gomes Freire de Andrade

Fonte: Carvalho (1920) e Barbosa (1971)

A busca dos bandeirantes pelo metal precioso e a quantidade deste na região, fez com que a cidade se tornasse um grande centro da atividade mineradora, que foi se espalhando pelo entorno do território. O ciclo do ouro se manteve em larga produção até pouco mais da metade do século XVIII. Quando as minas não mais dispunham de muito ouro, a atividade foi enfraquecendo, embora jamais tenha se extinguido. Durante o desenvolvimento da mineração de ouro, foram descobertos depósitos de minério de ferro, o que impulsionou o surgimento da indústria de transformação desse recurso mineral no estado de Minas Gerais, no início do século XIX, consolidando-se ao longo do século. De acordo com Soares (2008, p. 35), "a extração de ferro foi o marco da mineração brasileira no século XX".

Fundada há mais de 300 anos, a cidade de Mariana preserva um patrimônio histórico que inclui desde monumentos do período colonial a um acervo rico de manifestações culturais e tradições, tendo assim, parte de sua atividade econômica relacionada ao turismo e à cultura. Em 1945, o então presidente Getúlio Vargas concedeu à Mariana o título de Monumento Nacional, em reconhecimento ao seu "significativo patrimônio histórico, religioso e cultural" e à sua ativa participação na vida cívica e política do país, contribuindo para a formação da nacionalidade brasileira durante o período da Independência, do Império e da República.

A principal atividade industrial da cidade é a extração de minério de ferro, complementada pelas atividades agropecuárias e artesanais desenvolvidas em seus dez distritos: Bandeirantes, Cachoeira do Brumado, Camargos, Cláudio Manoel, Furquim, Monsenhor Horta, Padre Viegas, Passagem de Mariana, Santa Rita Durão e Águas Claras, fundados nessa ordem. Entre esses distritos, destaca-se Cachoeira do Brumado, distrito referência quando o assunto é artesanato, conhecido pela produção de tapetes de pita e sisal, flores de madeira e palha de milho, esculturas em madeira, panelas e outros artigos em pedra-sabão.

Imagem 2 - Mapa dos distritos de Mariana/MG.



Fonte: Mariana Histórica e Cultural. Modificado por Bruna Magalhães (2024)

A produção artesanal no distrito de Cachoeira do Brumado remonta ao século XVIII, período que coincide com o início da ocupação da região. O distrito funcionava como um ponto de parada para viajantes que se dirigiam de Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Essa localização estratégica gerou uma demanda por produtos locais, que os tropeiros começaram a atender. Os tropeiros eram responsáveis por transportar mercadorias e, ao longo do caminho, vendiam os artesanatos, o que ajudou a sustentar a economia local. A comercialização dos produtos artesanais pelos tropeiros não apenas atendia a uma necessidade prática, mas também fomentava o tropeirismo, uma atividade econômica crucial na época, que envolvia o transporte de cargas e pessoas. Essa prática ajudou a consolidar as rotas comerciais e contribuiu para o desenvolvimento social e econômico da região.

Figura 9 - Tropeirismo em Mariana - MG



Fonte: Jean Luiz (2001)

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de volume 26, os dados de Recenseamento de 1950 indicam que a população do município de Mariana totalizava 32.524 pessoas (vide tabela 1), sendo que a Vila de Cachoeira do Brumado, com sua população de 966 pessoas, mostrava uma estrutura demográfica equilibrada para a época, com uma leve predominância feminina. Embora não fosse uma das localidades mais populosas do

município, sua contribuição de quase 3% ao total populacional indica que desempenhava um papel importante na configuração social e econômica local da época.

Tabela 2 - Localização da população do município de Mariana, MG

LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE (1.º-VII-1950)			
	Homens	Mulheres	Total	
			Números absolutos	% sobre o total geral
Sede.....	2 018	2 366	4 384	13,50
Vila de Acaiaca.....	715	756	1 471	4,52
Vila de Bandeirantes.....	321	320	641	1,97
Vila de Cachoeira do Brumado.....	470	496	966	2,97
Vila de Camargos.....	96	100	196	0,60
Vila de Cláudio Manoel.....	362	428	790	2,44
Vila de Diogo Vasconcelos.....	248	279	527	1,62
Vila de Furquim.....	368	468	836	2,57
Vila de Monsenhor Horta.....	483	528	1 011	3,10
Vila de Padre Viegas.....	115	139	254	0,78
Vila de Passagem de Mariana.....	999	983	1 982	6,09
Vila de Santa Rita Durão.....	124	145	269	0,82
Quadro rural.....	9 749	9 448	19 197	59,02
<b>TOTAL GERAL.....</b>	<b>16 068</b>	<b>16 456</b>	<b>32 524</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959)

Em relação aos ramos de atividades econômicas no município, a tabela abaixo mostra que não há uma categoria específica para atividades artesanais. No entanto, ao considerar o contexto de 1950, em que o Brasil estava em um processo de urbanização e industrialização, mas ainda com uma economia predominantemente rural, é importante reconhecer que o artesanato, apesar de ser uma prática comum, não era formalmente classificado nos censos da época.

Tabela 3 - Ramos de atividade no município de Mariana, MG

RAMOS DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO PRESENTE DE 10 ANOS E MAIS			
	Homens	Mulheres	Total	
			Números absolutos	% sobre o total geral
Agricultura, pecuária e silvicultura	5 835	195	6 030	26,31
Indústrias extrativas.....	1 407	78	1 485	6,47
Indústria de transformação.....	506	221	727	3,16
Comércio de mercadorias.....	295	19	414	1,36
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização.....	20	—	20	0,08
Prestação de serviços.....	267	444	711	3,09
Transporte, comunicações e armazenagem.....	448	17	465	2,02
Profissões liberais.....	19	1	20	0,08
Atividades sociais.....	109	257	366	1,59
Administração pública, Legislativo e Justiça.....	49	8	57	0,24
Defesa nacional e segurança pública	17	—	17	0,07
Atividades domésticas, não remuneradas e atividades escolares discentes.....	958	10 087	11 045	48,20
Condições inativas.....	1 222	459	1 681	7,33
<b>TOTAL</b> .....	<b>11 152</b>	<b>11 786</b>	<b>22 938</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959)

As tabelas extraídas do recenseamento de 1950, ilustram que a predominância da população rural e a ausência de reconhecimento explícito do artesanato nas atividades econômicas marcaram um momento de transição, onde a urbanização e a industrialização estavam apenas começando a emergir no Brasil. No que diz respeito ao ramo de transporte, comunicações e armazenagem, é possível que estejam incluídos os condutores de tropas de muares, conhecidos popularmente como tropeiros, ao passo que as estradas eram abertas, os mercadores ganhavam mais espaço e importância.

De acordo com Sales (2020, p. 162), “A atividade dos tropeiros foi, sem dúvida, de extrema importância – meio de ligação, abastecimento, comunicação de notícias entre as cidades nas Minas, desde o descobrimento do ouro no século XVIII até a ampliação das rodovias e a popularização dos automóveis no século XX”. Pode-se aferir ainda que a Vila de Cachoeira do Brumado, com uma população equilibrada e significativa para os padrões do município, provavelmente abrigava uma economia local baseada em atividades rurais e artesanais. Essas práticas, apesar de não serem formalmente reconhecidas nas classificações

censitárias, foram essenciais para o sustento da comunidade e refletiam a estrutura econômica predominante na vila e no município em 1950.

Figura 10 - Vista para Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Cachoeira do Brumado



Fonte: O Monumento (1991)

Figura 11 - Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Cachoeira do Brumado



Fonte: Márcio Eustáquio (1991)

Figura 12 - Fotografias de Cachoeira do Brumado em uma matéria do jornal local



Fonte: O Monumento (1991)

Assim como muitos povoados que surgiram durante a corrida do ouro em Minas Gerais, o distrito de Cachoeira do Brumado, nasceu com a chegada de exploradores motivados pela busca de metais preciosos. No ano de 1991, o órgão oficial do município “O Monumento”, produziu o “Caderno Especial Cachoeira do Brumado”, nele conta-se que no início do século XVIII, João Pedroso e João Lopes Pereira, começaram a formação do arraial construindo a primeira capela da região. João Pedroso, um dos primeiros a descobrir ouro nas Minas Gerais, conseguiu ainda constituir à capela o título de patrimônio, por escritura de 11 de agosto de 1726, sendo este patrimônio aumentado no mesmo ano por doação do coronel Matias Barbosa da Silva, conta-se ainda que os primeiros moradores da vila foram: Rosa Lopes, José Maria de Ulhoa Cintra e Padre José Coelho Duarte. Santos (2017, p. 63), explica que inicialmente, o povoado se estabeleceu acima do rio, no entanto devido a fome e doenças, os moradores se deslocaram para as proximidades da queda d’água do rio Brumado, passando o local assim a ser chamado Cachoeira do Brumado.

Em termos de leis, de acordo com GOMES (1999, n. p), o distrito de Cachoeira do Brumado foi criado pela Lei nº 271, de 15 de abril de 1884. Foi suprimido em 1846, com a Lei nº 288, de 12 de março. Foi depois restabelecida e criada a paróquia, com a Lei nº 571, de 1º de junho de 1850”.



de Cachoeira do Brumado, é importante introduzir o que é tecer afinal. O ato de tecer vai além do simples processo de criar tecidos, é uma forma de expressão pessoal e cultural, onde cada ponto e fio entrelaçado carrega as experiências, memórias e identidade da tecelã, se tornando uma arte viva, que reflete a singularidade e a história de quem a pratica. A jornalista e pesquisadora Thalia Gonçalves, coloca enquanto significado

“Tecer. Verbo transitivo direto que quer dizer “entrelaçar regularmente os fios; fazer (teia ou tecido) com os fios”. Em Cachoeira do Brumado, esse verbo se torna feminino e vai além das definições do minidicionário Aurélio para significar arte, beleza, cultura, tradição, mas, sobretudo, histórias. Histórias que são passadas de geração para geração no ato de tecer, que são construídas e narradas no cotidiano; histórias de vidas que se ergueram com o dinheiro dos tapetes de piteira e sisal”. (GONÇALVES, 2019, p. 25).

Figura 13 - Artesã Dona Figinha tecendo tapete de sisal redondo



Fonte: Bruna Magalhães. Acervo pessoal (2024)

Nesse contexto, a arte de tecer se revela como uma prática que, ao mesmo tempo, cria artefatos de uso cotidiano, como os tapetes de piteira e de sisal, e os transforma em peças de arte e decoração. Os tapetes, que inicialmente atendem a necessidades práticas, ganham camadas de valor simbólico e estético, narrando histórias e transmitindo memórias através de seus padrões e texturas. Assim, o tecer não é apenas uma técnica, mas uma forma de expressão que reflete a identidade e as vivências de quem o pratica, unindo funcionalidade e arte em um mesmo objeto.

Conforme apurado por Thalia Gonçalves (2023, p. 27), inicialmente, o saber-fazer das tramas e amarrações foi aplicado pela artesã Cassiana Nunes para produzir um tapete que

pudesse auxiliar seu filho a lavrar ouro. Na época, a fibra usada era a pita, sendo essa comumente utilizada para amarrar e arrematar as peneiras de taquara. Após o tapete, conta-se que Cassiana teceu um baixeiro, manta utilizada sob os arreios no lombo do animal, no qual um de seus filhos se transportava. O uso da pita enquanto matéria-prima para tecer se dava devido à grande quantidade de material presente no quintal de casa. “Foi ali que Cassiana se consagrou pioneira desse artesanato” (GONÇALVES, 2023, p. 28). Assim, foi sendo ensinada e aprendida a trama por todo o distrito, até que os tapetes conquistaram visibilidade e o coração daqueles que os viam, se tornando amplamente conhecido na região e, então, ultrapassando fronteiras.

Imagem 4 - Representação da tecelã Cassiana arrematando tapete de pita



Fonte: Cristiano Casimiro dos Santos, [s.d.]

Os tapetes inicialmente eram confeccionados utilizando-se da pita. No entanto, em meados de 1990, a matéria-prima dos tapetes teve que ser substituída. Conta-se que “à época, a Prefeitura Municipal de Mariana proibiu as artesãs de lavar a piteira no rio porque a espuma gerada ao lavar a corda causava poluição. Ainda, com o aumento populacional do distrito, os esgotos das casas estavam sendo jogados no rio, causando diversos problemas de saúde a

essas mulheres” (GONÇALVES, 2023, p. 30). Dessa forma, passou-se a utilizar o sisal, que embora seja uma planta da mesma família que a pita, possui algumas diferenças em seu uso. Essas informações permitem estabelecer uma conexão entre o artesanato dos tapetes e as preocupações previamente mencionadas sobre questões ambientais.

O artesanato é uma prática intrínseca à existência humana e à construção da identidade, agindo como uma forma de expressão criativa que reflete as tradições e saberes que sustentam a cultura de uma comunidade. É fundamental reconhecer a relevância da atuação feminina na produção artesanal, bem como seu papel crucial no reconhecimento e valorização dessas práticas. Neste contexto, é essencial compreender a trajetória histórica da Política de Preservação do Patrimônio no Brasil, especialmente no ano de 1988, quando a participação feminina nas iniciativas de preservação começou a ganhar visibilidade. O reconhecimento e a valorização do papel das mulheres na preservação do patrimônio cultural se tornam fundamentais para fortalecer as práticas de artesanato, ao mesmo tempo que promovem uma maior inclusão e diversidade nas discussões sobre identidade cultural. Assim, a atuação feminina na produção artesanal não só perpetua saberes tradicionais, mas também se alinha a uma perspectiva mais ampla de preservação cultural e participação ativa em políticas que valorizem e protejam esse patrimônio.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL: O ANO DE 1988 E AS DINÂMICAS DE PARTICIPAÇÃO FEMININA**

O presente capítulo dedica-se à análise da trajetória da política de preservação do patrimônio no contexto brasileiro, com especial atenção ao ano de 1988. Esta revisão busca oferecer uma compreensão aprofundada das questões relacionadas à preservação do patrimônio cultural, destacando, sobretudo, a interação das mulheres nesse cenário e sua contribuição (ou ausência dela) para a construção da história das políticas patrimoniais.

Ao longo deste capítulo, serão explorados os principais marcos históricos e legislativos que moldaram a abordagem brasileira à preservação do patrimônio, com ênfase nas políticas implementadas no ano de 1988. Ademais, serão examinados aspectos que delineiam a relação das mulheres com o patrimônio, destacando como suas perspectivas, atuações e influências têm moldado, ou por vezes sido negligenciadas, no desenvolvimento das políticas patrimoniais.

A investigação sobre o papel das mulheres na construção da história das políticas de patrimônio visa elucidar sobre possíveis desigualdades, desafios e conquistas enfrentados por elas nesse contexto. Compreender essas dinâmicas, colabora para a possibilidade de identificar lacunas e estudá-las, atualizando os dados de pesquisas acerca do assunto.

## **2.1 Política de preservação do patrimônio no Brasil: 1988**

Durante um período considerável, tanto o IPHAN quanto a Constituição Federal de 1934 deram primazia à preservação do que era denominado "patrimônio em pedra e cal". Este termo faz referência aos bens culturais tangíveis, como igrejas, fortes, chafarizes, prédios históricos e conjuntos urbanos representativos, que eram sujeitos a processos formais de tombamento – ato administrativo feito pelo Poder Público a fim de preservar por meio de leis, bens de valor histórico, cultural, ambiental, arquitetônico e ainda de valor afetivo para a população. Como resultado dessa abordagem, as manifestações culturais desprovidas de materialidade física, tais como tradições orais, rituais, práticas sociais e conhecimentos tradicionais, foram negligenciados pelo Estado, não sendo possível identificar, por décadas, qualquer política de reconhecimento e proteção destes bens culturais.

Este cenário começa a se transformar a partir dos anos 1960. Françoise Choay (2001) irá identificar uma série de transformações da nossa relação com o patrimônio a partir deste período. Dentre as mais destacadas, a criação da UNESCO e suas ações em prol da salvaguarda dos patrimônios culturais pelo mundo e os patrimônios mundiais. CHUVA (2017) também identifica transformações na nossa relação com o patrimônio neste mesmo período. Ela destaca, em escala internacional, uma mudança na compreensão do conceito de cultura, que agora não se refere mais apenas à cultura e aos bens culturais de matriz europeia ou aos conhecimentos das elites intelectuais do mundo. O conceito se expande a todas as sociedades humanas e populações. Esta concepção ampliada de cultura irá influenciar as políticas de preservação do patrimônio no Brasil. No interior do IPHAN iremos observar a criação do Centro de Referência Cultural a partir dos anos 1970, responsável por importantes pesquisas sobre nossos saberes, manifestações culturais e folclore. É também neste período que observa-se, no Brasil e no mundo, a emergência, de maneira mais organizada, dos movimentos sociais e lutas das identidades culturais subalternizadas historicamente: de gênero, de raça-etnia, sexualidades e religiosidades. Todas essas transformações e reivindicações irão culminar, no caso brasileiro, em uma importante transformação no

conceito de patrimônio cultural que estará presente na constituição de 1988, e passará, finalmente, a incluir os bens de natureza imaterial, como veremos mais adiante.

O entendimento do que constitui o patrimônio cultural se expandiu para incluir não apenas os bens materiais, mas também os bens imateriais. O patrimônio cultural material continua a abranger os elementos físicos e palpáveis da cultura, como obras de arte e construções históricas, enquanto o patrimônio cultural imaterial engloba os aspectos intangíveis, como práticas rituais, modos de fazer, saberes tradicionais, festas populares, expressões linguísticas, e similares. Essa ampliação do conceito de patrimônio cultural reflete uma compreensão mais abrangente e inclusiva da diversidade cultural e das múltiplas formas de expressão humana, promovendo uma valorização mais equitativa e completa do legado cultural de uma sociedade.

O conceito de patrimônio está intrinsecamente ligado ao processo de construção social, manifestando-se como um reflexo das escolhas e valores adotados por uma comunidade em relação aos bens materiais e imateriais que julga pertinentes à preservação e promoção. Segundo Amâncio (2014, p. 23), “Para a antropologia, o patrimônio cultural é um fenômeno social, isso implica compreendê-lo não enquanto produzido pelo poder público, mas pela sociedade como um todo”. Sob essa perspectiva, o patrimônio transcende a mera designação de objetos ou sítios históricos, constituindo-se como um espelho das dinâmicas sociais, políticas e culturais que permeiam uma sociedade. Esse entendimento demanda uma abordagem holística que vai além de apenas considerar a materialidade física dos elementos patrimoniais, como edifícios históricos ou artefatos antigos, analisando também os contextos sociais nos quais esses elementos estão inseridos, ou seja, as relações e significados culturais, históricos, políticos e econômicos que os envolvem. A partir de tal perspectiva, é possível obter uma compreensão mais completa e contextualizada das práticas de preservação e valorização do patrimônio cultural, ao reconhecer que o patrimônio não existe isoladamente, mas é parte integrante de comunidades vivas e em constante evolução, cujas identidades e valores moldam a forma como o patrimônio é percebido, protegido e transmitido às gerações futuras.

As políticas de preservação têm por objetivo “garantir o direito à cultura dos cidadãos, entendida a cultura, nesse caso, como aqueles valores que indicam - e em que se reconhece - a identidade da nação” (FONSECA, 2005, p. 39). Desse modo, o reconhecimento do patrimônio material e imaterial é de fundamental importância, no entanto sua aparição nas políticas de preservação demorou a acontecer.

Conforme descrito pela UNESCO,

Entende-se por 'patrimônio cultural imaterial' as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (CONVENÇÃO..., 2006, p. 4).

A conceituação proposta pela UNESCO, ao detalhar a dimensão do referido patrimônio, delinea as características inerentes à ele e amplia a esfera de proteção, contribuindo para a formulação e execução das políticas de preservação cultural.

O marco inicial para a efetivação da preservação do patrimônio cultural no Brasil ocorreu em 1934. Na Constituição do ano em questão, consta: "proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte" (BRASIL, 1934, art. 10, inc. III). Esta foi a primeira vez no Brasil que o entendimento acerca do patrimônio é tido como sendo objeto de proteção obrigatória por parte do poder público.

Em 1936, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) começou a funcionar em caráter provisório, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, sendo que o órgão só foi criado no ano seguinte com a promulgação, em 13 de janeiro de 1937, da Lei nº. 378. A criação do órgão proporcionou feitos que reverberam até os dias atuais. Foi a partir dele, por exemplo, que se estabeleceu o Decreto-Lei 25/1937, amplamente reconhecido como a "Lei do Tombamento", sendo então efetivada a proteção de bens culturais pelo Estado no Brasil.

O Artigo 1º do Decreto-Lei 25/1937, declara:

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, Decreto-Lei 25/1937, art. 1º).

O SPHAN, criado em 1937 durante o governo de Getúlio Vargas, foi a instituição pioneira no Brasil responsável pela preservação do patrimônio cultural. Sua missão envolvia a proteção de bens móveis e imóveis de significativo valor histórico, arqueológico e artístico, consolidando-se como uma referência no campo. Ao longo de sua trajetória, o SPHAN passou por transformações, e em 1970, durante o regime militar, foi reorganizado e renomeado como IPHAN. Essa mudança de denominação refletiu não apenas uma atualização administrativa, mas também uma reafirmação do compromisso contínuo do órgão com a preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro. Assim, embora o SPHAN e o IPHAN representem, essencialmente, a mesma entidade com responsabilidades

semelhantes, as alterações no nome ao longo de sua história refletem adaptações institucionais que visam acompanhar e fortalecer o papel do Brasil na proteção de seu rico e diversificado patrimônio cultural.

Rodrigo Melo Franco de Andrade foi dirigente do SPHAN desde sua criação até 1967, nesse período

as iniciativas educativas promovidas pelo IPHAN se concentraram na criação de museus e no incentivo a exposições; no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil, militar e no incentivo a publicações técnicas e veiculação de divulgação jornalística, com vistas a sensibilizar um público mais amplo sobre a importância e o valor do acervo resguardado pelo órgão. (IPHAN, 2014, p. 6).

A partir das iniciativas promovidas em favor da preservação do patrimônio cultural no Brasil, é possível notar a influência eurocêntrica, tendo em vista que o reconhecimento patrimonial era fortemente direcionado ao que era reconhecido na Europa, mesmo sendo o Brasil um grande foco das mais variadas expressões artísticas e identitárias, material e imaterial.

Foi diante da criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975, sob iniciativa de Aloísio Magalhães e que teve como ponto de partida o interesse em propor adequações à compreensão da cultura no contexto brasileiro, que começaram a surgir novas discussões sobre a necessidade de se ampliar a concepção de patrimônio e a necessidade de produzir um banco de dados acerca da cultura brasileira, propiciando um melhor acesso e identificação dos bens culturais. Isso se deu pela sua inquietação em relação à terminologia *bem cultural* associada às primeiras décadas institucionais, que mantinha em foco o eurocentrismo e a elitização, apontada em seu livro “E triunfo?” (1985) na seguinte colocação

Ocorre, entretanto, que o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens de criação individual espontânea, obras que constituem o nosso acervo artístico (música, literatura, cinema artes plásticas, arquitetura, teatro), quase sempre de apreciação elitista. MAGALHÃES (1985, p. 52 apud GUEDES, 2016, n.p).

Considerando isso, Magalhães sugere uma maior valorização do fazer popular presente no cotidiano das vivências dos brasileiros, tendo em vista que é a partir dessas

práticas que emergem expressões que sintetizam valores criativos, tornando-se o cerne do objeto de arte.

Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que as noções do que é patrimônio cultural se tornaram mais amplas, relacionando a cultura a um sentido antropológico, inserindo assim o conceito de patrimônio imaterial de forma mais abrangente no que diz respeito às políticas de preservação do patrimônio. O Decreto 3.551, de 4/08/00, institui dois instrumentos de salvaguarda e proteção do patrimônio imaterial: o registro e o programa que dão ao inventário cultural de bens imateriais ênfase e centralidade, sendo esse mais uma das ferramentas importantes para a preservação e reconhecimento do patrimônio cultural e das culturas populares.

O Artigo 4º da Constituição Federal de 1988, determina “Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana das nações”. (BRASIL, 1988, art. 4, p. único).

É possível notar que há uma descentralização da Europa e preocupação maior com a valorização e enaltecimento no que tange à cultura, patrimônio e identidade do Brasil. Podendo observar tal afirmação por meio do Artigo 215, que define:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

Os bens de natureza imaterial passaram a ser reconhecidos por meio do Estado na Constituição de 1988, quando foram determinados no artigo 216:

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. (BRASIL, 1988).

Duas mudanças importantes no texto constitucional de 1934 para 1988 é que o conceito de patrimônio vai de um valor implícito, ligado à monumentalidade e à excepcionalidade do bem, ao seu valor de referência cultural. Essa mudança conceitual é fundamental para a compreensão de que os bens não possuem valor intrínseco, mas de atribuição dos sujeitos. É a partir desse entendimento que é possível reconhecer o valor dos bens intangíveis e constituir políticas de proteção específicas para estes. Outra mudança importante nos textos constitucionais vem do aparecimento da ideia de "diferentes grupos formadores da sociedade brasileira". Passamos da ideia do patrimônio como representativo da identidade única nacional, para a valorização da diversidade etno-cultural da nossa sociedade.

Dando continuidade a essa evolução, o próximo subcapítulo explora a interseção entre patrimônio, gênero e as lutas femininas no contexto da preservação cultural. Esta análise se propõe a examinar como as políticas e práticas de preservação, historicamente centradas em uma perspectiva masculina e eurocêntrica, têm impactado o reconhecimento e a salvaguarda do patrimônio cultural associado às experiências e contribuições das mulheres. Serão discutidas as nuances de gênero no âmbito do patrimônio cultural, destacando as narrativas femininas muitas vezes marginalizadas e as lutas atuais pela equidade no campo da preservação.

## **2.2 Patrimônio, Gênero e Lutas Femininas no Contexto da Preservação Cultural**

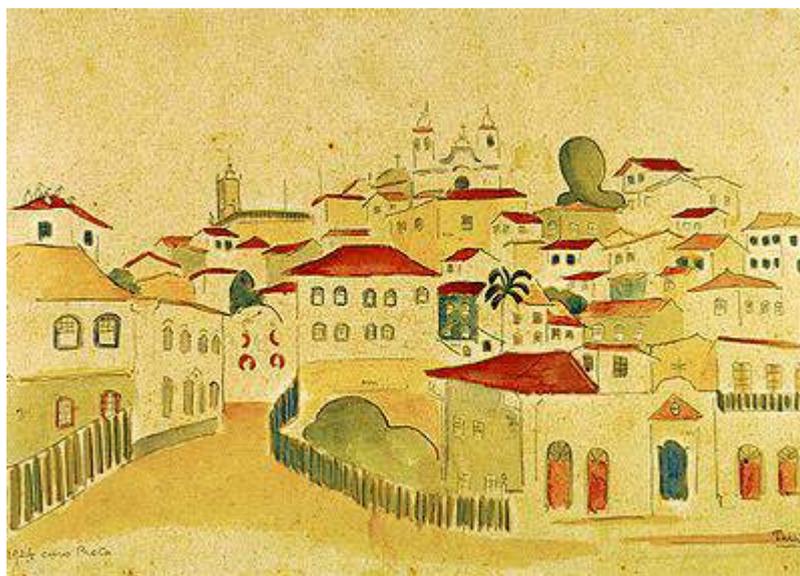
Neste subcapítulo, pretende-se aprofundar a análise das questões de gênero, explorando tanto os patrimônios históricos associados às mulheres quanto as lutas empreendidas por elas para conquistar direitos e se integrar plenamente no contexto patrimonial.

Observar que a trajetória da política de preservação do patrimônio no Brasil é predominantemente marcada por nomes masculinos levanta questões importantes sobre representatividade de gênero e inclusão no campo da preservação do patrimônio cultural. Conforme o IPHAN (2015, n.p.), “Na construção da cultura brasileira, a participação das mulheres é uma nuance, muitas vezes, não percebida ou legitimada”. Esse padrão reflete não apenas uma histórica desigualdade de gênero na sociedade brasileira, mas também evidencia uma lacuna na participação e no reconhecimento das contribuições das mulheres nesse campo específico. Ao longo da história, mulheres turismólogas, historiadoras, arqueólogas, arquitetas, museólogas, conservadoras e ativistas culturais têm trabalhado incansavelmente para proteger e promover o patrimônio cultural do Brasil e do mundo.

Fontenele, no verbete, *Mulheres e patrimônio* (Dicionário Temático... 2020) observa que, os estudos produzidos sobre o patrimônio negligenciam as questões de gênero e da história das mulheres em suas análises. A autora sugere a possibilidade de três eixos em que estes estudos podem se desenvolver. O primeiro deles seria com relação à presença feminina na história das políticas de preservação no Brasil, especialmente no âmbito do IPHAN. Neste sentido, os nomes destacados são sempre masculinos: Mário e Oswald de Andrade, Rodrigo de Melo Franco, entre outros.

No entanto, vale lembrar que, nos primórdios do movimento que gestou o nascimento do IPHAN e da preservação cultural, havia a presença de Tarsila do Amaral e Olívia Guedes Penteadó nas famosas viagens de redescoberta do Brasil iniciadas na década de 1920 pelos modernistas.

Imagem 5 - Paisagem de Ouro Preto, Tarsila do Amaral, 1924



Fonte: Reprodução fotográfica Romulo Fialdini

A trajetória das mulheres nas políticas de preservação do patrimônio no Brasil tem sido marcada por avanços significativos ao longo do tempo, apesar dos desafios e das desigualdades de gênero enfrentadas. Nas primeiras décadas do século XX, o campo da preservação do patrimônio era predominantemente masculino, refletindo as normas sociais vigentes. As mulheres eram frequentemente excluídas de cargos de liderança e tomada de decisões, com suas contribuições subestimadas ou invisibilizadas. Entretanto, neste mesmo contexto, o Brasil presenciou movimentos feministas emergentes, especialmente com as campanhas pelo direito ao voto e à educação. Em 1932, as mulheres conquistaram o direito ao voto, e, ao longo do século, a presença feminina foi crescendo em diversos setores da sociedade. Esse protagonismo foi ganhando força com a redemocratização e, mais recentemente, com as discussões sobre igualdade de gênero e representatividade.

Atualmente, observa-se mulheres ocupando posições de destaque em instituições governamentais, organizações não governamentais e instituições acadêmicas dedicadas à preservação do patrimônio no Brasil. Elas desempenham papéis-chave na formulação de políticas, na gestão de projetos de conservação e na promoção da diversidade cultural e inclusão de perspectivas de gênero no campo da preservação. Apesar dos avanços alcançados, ainda existem desafios a serem enfrentados para garantir uma participação igualitária das mulheres nas políticas de preservação do patrimônio.

O IPHAN, fez uma publicação em 2017 abordando a força feminina na preservação e gestão do Patrimônio Cultural, na qual mencionava:

Judith, Lina, Belmira, Heloisa, Dora, Kátia, Márcia, Lygia, Jurema, Maria, Leda, Cláudia – são os nomes de algumas das mulheres que ajudaram a construir a história do Instituto. Ainda em 1936, o Serviço do Patrimônio funcionou em bases provisórias e, já nesse momento, sua pequena equipe contava com as duas primeiras mulheres que trabalharam na instituição: a secretária Judith Martins e a datilógrafa Hércia Dias [...] são quatro as presidentes do Iphan ao longo de sua história: a museóloga Lélia Coelho, a arquiteta Maria Elisa Costa, a arquiteta Jurema Machado e a historiadora Kátia Bogéa. (IPHAN, 2017, n.p).

Fontenele (2020) destaca no segundo eixo a importância de estudos que abordam a preservação da memória da vida privada dos bens culturais.

Uma ênfase tem sido dada de maneira crescente à conservação dos aspectos físicos dos edifícios (geralmente ressaltados em suas paredes, suas mobílias e seus jardins) enquanto os aspectos imateriais (práticas domésticas e histórias familiares) são renegados ou apresentados por grupos de ação educativa das instituições). Esse desafio tem sido enfrentado nas últimas décadas por casas-museus; entre elas destacamos o trabalho da Casa da Dona Yayá, onde se tem desenvolvido pesquisas sobre a antiga moradora que foi internada por décadas em uma casa adaptada como um sanatório particular em São Paulo. (Dicionário Temático do Patrimônio, 2020, p.133).

Neste sentido, muitas pesquisas têm se dedicado às dimensões sociais e simbólicas envolvendo a existência e cotidiano das pessoas, especialmente as moradoras de casas e construções de importância histórico-cultural no Brasil e no mundo. O último eixo sinalizado por Fontenele, é exatamente o caminho escolhido nesta pesquisa, que seriam os impactos do decreto que regulamenta a preservação do patrimônio imaterial enquanto experiências coletivas protagonizadas por mulheres, em que saberes tradicionais, oralidade e transmissão são compreendidos como contribuições femininas.

Mencionar as mulheres e seu grande papel na construção da história e trajetória do patrimônio cultural no Brasil e no mundo é fundamental. Em direção ao célebre pensamento proposto por Chimamanda (2009, p. 16), “As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar”. Reconhecer e dar o devido protagonismo às mulheres é contribuir para que contem suas histórias por meio de sua própria narrativa e vivência. Mas não apenas isso. A ausência das contribuições femininas no campo do patrimônio cultural, faz o nosso conhecimento acerca do patrimônio incompleto, insuficiente. Desde suas contribuições na gestão do patrimônio cultural Brasileiro a sua produção e transmissão enquanto sujeitos deste patrimônio, é preciso urgente o desenvolvimento de pesquisas que investiguem e tragam à tona seus nomes, suas ações e existências.

No campo do patrimônio, o protagonismo feminino é visível na valorização do patrimônio imaterial, como menciona a estudiosa Maria Lucineide em sua publicação “Marias do Icó: A mulher enquanto parte do patrimônio imaterial icoense”, de 2019, quando pontua que

As mudanças ocorridas durante os últimos séculos têm como foco a história social, a introdução dos sujeitos, onde se observa o papel da mulher sendo ressignificado com essa transformação da própria sociedade. (BEZERRA, 2019, p. 6).

Esse reconhecimento ressignifica o papel das mulheres na preservação e transmissão de tradições culturais. O enfoque na história social, na introdução dos sujeitos e na ressignificação do papel feminino reflete a inclusão da mulher como parte fundamental do patrimônio cultural, seja como guardiã de saberes tradicionais ou como protagonista na história oral e no cotidiano das comunidades. O patrimônio imaterial é um campo onde a presença e a contribuição feminina são inegáveis e essenciais para a preservação da cultura.

As mulheres, como grandes guardiãs de saberes ancestrais e práticas culturais, desempenham um papel fundamental na transmissão de conhecimento de geração em

geração, garantindo a continuidade de práticas que compõem a memória coletiva de diversos grupos. Dos patrimônios culturais imateriais diretamente ligados às mulheres, e a notável liderança das mulheres em batalhas e movimentos significativos em prol da igualdade e do reconhecimento, destacam-se, por exemplo, as paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo,

responsáveis pela fabricação artesanal das panelas de barro que ganharam o mundo ao reunir e misturar as culturas indígena, portuguesa e africana. O saber, passado de mãe para filha por inúmeras gerações, está profundamente enraizado no cotidiano e na cultura popular capixaba e é hoje um de seus maiores símbolos. (IPHAN, 2017, n. p)

Outro exemplo são as bonecas Ritxòkò, do povo Karajá, que

são confeccionadas exclusivamente por mulheres em técnicas tradicionais e modos de fazer transmitidos oralmente, de geração em geração. Enquanto instrumento de socialização das crianças, as bonecas representam importantes sistemas de significação da cultura Karajá, enquanto fonte de comunicação e continuidade de seus valores e forte expressão de sua identidade. (IPHAN, 2017, n.p)

No que diz respeito à transmissão de técnicas e conhecimentos que vão além do utilitário, os patrimônios das paneleiras de Goiabeiras e das bonecas Ritxòkò são exemplos marcantes de como o saber tradicional transmitido por mulheres desempenha um papel crucial na preservação da identidade cultural de suas comunidades.

Da mesma forma, o bolinho de acarajé, originário da cultura africana, que além de ser fonte de sustento para muitas mulheres, também desempenha um papel simbólico importante na religiosidade e na cultura baiana, uma vez que “é também oferenda a Iansã e representa um aspecto fundamental do universo cultural da Bahia e do Brasil” (IPHAN, 2017, n. p). A culinária tradicional não apenas carrega técnicas transmitidas ao longo de gerações, mas também reflete os valores, a religiosidade e os costumes de um povo. Além de ser uma fonte de sustento para muitas mulheres, o acarajé tem uma profunda carga simbólica e religiosa, sendo uma oferenda a Iansã, orixá do Candomblé. Essa comida, portanto, ultrapassa sua função alimentícia e se torna uma expressão cultural e espiritual, representando um aspecto essencial da cultura baiana e brasileira. As mulheres, ao preparar e vender o acarajé, preservam tanto a técnica culinária quanto a conexão espiritual com suas raízes africanas, evidenciando a importância do saber fazer de alimentos na construção e manutenção do patrimônio imaterial.

Por fim, é essencial mencionar as tecedeiras de Cachoeira do Brumado, dentre elas Cassiana Ferreira Nunes, a responsável por desenvolver a técnica de tecer piteiras (hoje

trocadas pelo sisal), e pioneira do saber fazer do tapete de sisal de Cachoeira do Brumado, forte tradição da comunidade. “Mais do que esquecida nas memórias do seu povo, Cassiana ainda foi apagada nos papéis. E não é só pela falta de livros ou cartas sobre ela, mas porque ela está ausente em quase todos os registros civis e religiosos.” (GONÇALVES, 2019, p. 26).

Figura 14 - Artesã tecendo tapete de pita



Fonte: Documentário “E assim foi...”, década de 1970.

As mulheres desempenham um papel essencial na preservação e continuidade de diversas manifestações culturais brasileiras, incluindo o sistema agrícola tradicional do Rio Negro, o tambor de crioula, o jongo, o samba de roda e a capoeira. O trabalho das mulheres vai além das expressões culturais especificadas, abrangendo também áreas como arquitetura, planejamento urbano, arqueologia e artes, mostrando-as essenciais na formação tanto do patrimônio imaterial quanto do patrimônio material.

É a partir desses pensamentos, que o capítulo a seguir busca proporcionar reflexões sobre o impacto e a importância do artesanato no distrito de Cachoeira do Brumado nos dias de hoje, além de destacar a significativa influência das mulheres no reconhecimento, valorização e preservação do artesanato, considerado um patrimônio essencial para a identidade cultural da comunidade.

### **3. TAPETES ARTESANAIS COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE CACHOEIRA DO BRUMADO**

Este capítulo irá abordar a situação atual do distrito de Cachoeira do Brumado, com foco em sua população, economia, cultura e patrimônio. Aspectos como o crescimento demográfico e a busca pela manutenção de uma comunidade dinâmica, apesar das dificuldades econômicas e do êxodo das novas gerações para áreas mais urbanizadas, também serão analisados. Ressalta-se o papel fundamental da cultura e do patrimônio, evidenciando como esses elementos contribuem para o fortalecimento da identidade e do sentimento de pertencimento da comunidade. O artesanato dos tapetes em pita e sisal será amplamente discutido, incluindo suas mudanças e transformações, os processos de produção e a relevância dessa prática. Por fim, o capítulo enfatizará a necessidade de ações que promovam a tradição e o reconhecimento do artesanato, evidenciando a luta contínua da comunidade para manter sua identidade cultural viva diante dos desafios contemporâneos.

#### **3.1 O distrito de Cachoeira do Brumado nos dias atuais**

Figura 15 - Queda d'água da cachoeira Brumado, no distrito de Cachoeira do Brumado

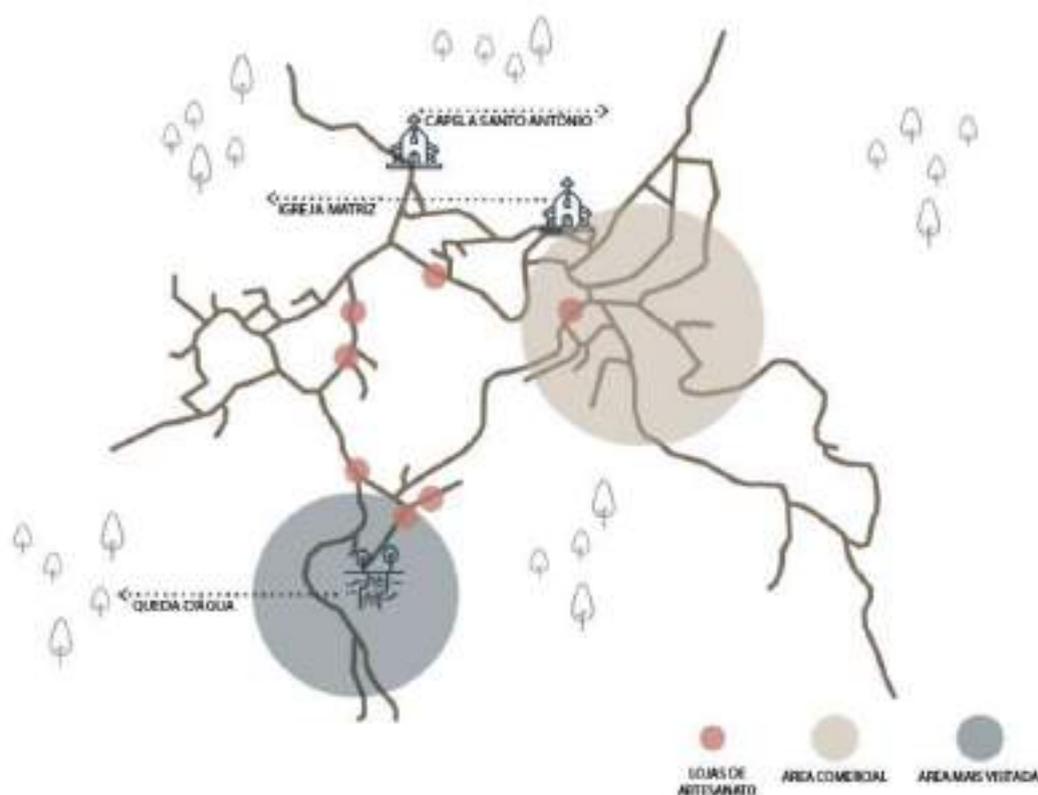


Fonte: Num Pulo (2022)

Os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que a população do distrito de Cachoeira do Brumado, no ano de 2010, era de 2261 habitantes, sendo 1110 homens e 1151 mulheres. Desse total, 1293 são moradores da área urbana e 968 das áreas rurais. O número de domicílios particulares em 2010 era de 655.

(IPHAN, 2006, p.16). Atualmente, o distrito tem uma população aproximada de 3.630 moradores, conforme registro feito pelo Posto de Saúde da comunidade, no entanto, “luta para se manter uma comunidade dinâmica, a despeito das dificuldades econômicas com a produção artesanal, uma das principais fontes de renda local, e o êxodo das novas gerações para áreas mais urbanizadas” (SALES, 2022, p. 158). A cultura e o patrimônio desempenham um papel essencial nessa luta, pois contribuem para o fortalecimento da identidade e o sentimento de pertencimento da comunidade. É possível ter uma noção de como se dá a relação entre o espaço, seus moradores e seus visitantes a partir do esquema elaborado pela arquiteta Amanda Eleutério.

Imagem 6 - Esquema dos principais pontos de referência e áreas importantes do distrito



Fonte: Amanda Eleutério (2021)

Uma das atividades culturais de maior destaque no distrito é a Festa da Panela de Pedra-Sabão, que em 2024 celebrou sua 17ª edição. Organizada pela Associação de Moradores de Cachoeira do Brumado, a festa surgiu da reflexão coletiva sobre a necessidade de atrair turistas e promover o artesanato local. A ideia partiu de uma moradora e logo mobilizou a comunidade, que se empenhou em torná-la realidade. Atualmente, o evento tem duração de três dias e oferece uma programação diversificada e dinâmica. A Festa da Panela

de Pedra-Sabão é fundamental para a identidade cultural e para a economia do distrito. Além de ser um momento de celebração e integração da comunidade, a festa promove o artesanato típico, como as panelas de pedra-sabão, os tapetes de sisal e as esculturas em madeira, fortalecendo o sentimento de pertencimento e valorização do patrimônio local. Economicamente, o evento atrai turistas e fomenta o comércio, gerando renda para artesãos e outros pequenos comerciantes, contribuindo assim para a sustentabilidade econômica da região e para a preservação das tradições locais.

No que diz respeito à cultura, o distrito se destaca por sua riqueza e pluralidade. A música é fortemente presente na vida da comunidade. Fundada em 10 de abril de 1914, a Sociedade Musical Oito de Dezembro de Cachoeira do Brumado completou seus 110 anos e continua desempenhando um papel significativo na vida das famílias locais, sendo transmitida de geração em geração. A banda exemplifica como a música pode ser um elo que une gerações e promove a coesão social. Ao longo de seus 110 anos de existência, ela tem atuado como um ponto de encontro cultural e afetivo para os moradores de Cachoeira do Brumado, criando um espaço em que a tradição musical é preservada e transmitida. A atuação da Sociedade não se restringe apenas a apresentações, mas também envolve a formação de novos músicos, muitas vezes ensinando jovens que continuam o legado iniciado por seus antepassados. Essa continuidade possibilita que a cultura da região seja mantida viva, contribuindo para a identidade coletiva da comunidade e reforçando o sentimento de pertencimento.

Um belo sítio natural deu origem ao nome do distrito. A Cachoeira Brumado tem uma queda d'água de 14 metros. Além de sua beleza cênica, a cachoeira é um espaço de convivência para a comunidade, promovendo interações sociais e fortalecendo os laços entre os moradores. Esse ambiente natural proporciona um ambiente propício para diversas atividades recreativas, que são fundamentais para o lazer e o bem-estar da comunidade local. Além disso, a cachoeira se configura como um forte ponto turístico, atraindo visitantes que buscam explorar a beleza natural e a tranquilidade do local.

Próximo à cachoeira, encontra-se o Memorial dos Tropeiros Antônio Pedro Eleutério, que foi idealizado por Mário Ramos Eleutério, neto de um tropeiro. Esse espaço busca preservar e narrar a história dos tropeiros, que desempenharam um papel fundamental na integração econômica e cultural de regiões distantes. Em uma época em que não existiam estradas, o transporte era realizado com burros, e os tropeiros conectavam comunidades por meio de longas viagens. O memorial, construído em pau a pique, abriga peças que ilustram os

costumes da época, além de fotografias dos tropeiros e dos paneiros da região, conhecida pelas fábricas artesanais de objetos em pedra-sabão.

Figura 16 - Festa da Panela de Cachoeira do Brumado, Mariana, MG



Fonte: Larissa Gambeline (2023)

Imagem 7 - Pôster de divulgação da homenagem feita à artesã Dona Figiniha em uma edição da Festa da Panela de Pedra



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Figura 17 - Sociedade Musical Oito de Dezembro, de Cachoeira do Brumado



Fonte: Sociedade Musical Oito de Dezembro (2023)

Figura 18 - Memorial dos Tropeiros Antônio Pedro Eleutério



Fonte: Terra de Minas (2017)

Figura 19 - Panelas de pedra sabão de Cachoeira do Brumado



Fonte: Terra de Minas (2017)

Figura 20 - Artesanatos em madeira de cedro feitos pelo escultor Adão



Fonte: TOP Cultura (2014)

Figura 21 - Obras do escultor Artur em uma exposição em Belo Horizonte (MG)



Fonte: Renan Quevedo, [s.d.]

Figura 22 - Tapetes de sisal e cesto com fios de sisal dentro



Fonte: Bruna Magalhães. Acervo pessoal (2024)

No que diz respeito aos cuidados de preservação do patrimônio cultural do distrito por parte de seu município, o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de 2009 da Prefeitura

Municipal de Mariana, confere à Cachoeira do Brumado 11 bens inventariados. Na tabela a seguir, descrevo esses bens.

Tabela 4 - Relação de bens inventariados no distrito de Cachoeira do Brumado, Mariana/MG.

<b>Tipo de registro</b>	<b>Designação</b>	<b>Ano</b>
Estruturas arquitetônicas e urbanísticas	Capela Santo Antônio. Barroca (sub-distrito)	2007
	Edificação à Rua Catete Ulhôa nº 0071	2007
	Edificação à Rua Firmino Ulhôa, nº 0001	2007
	Edificação à Rua Flores nº 0061	2007
	Igreja Nossa Senhora da Conceição	2007
Patrimônio imaterial	Congado à Nossa Senhora do Rosário. Barroca (sub-distrito)	2007
	Esculturas em Cedro	2007
	Festa: Nossa Senhora da Conceição	2007
	Panelas em Pedra-Sabão	2007
	Tapetes em Pita	2007
Sítios naturais	Cachoeira Brumado	2007

Fonte: Bruna Magalhães (2024)

O registro de bens inventariados no distrito de Cachoeira do Brumado é essencial para a valorização e preservação da identidade cultural local, pois contribui para o reconhecimento formal de elementos significativos da história, cultura e natureza da comunidade, garantindo sua proteção. Embora tenha sido possível acessar o inventário, não obtive sucesso na tentativa de consultar o relatório de registro de cada bem, o que impede uma descrição mais detalhada sobre esses registros.

### 3.2 Tapete artesanal e o patrimônio cultural tecido por mulheres

A tradição de confeccionar tapetes de pita e sisal é antiga e, por muito tempo, representou um momento de reunião familiar, onde ocorria a troca de conhecimentos e aprendizados, não apenas sobre o ofício, mas também sobre a vida. Esses saberes foram transmitidos de geração em geração, desempenhando um papel fundamental na construção da identidade local.

Em um vídeo realizado para a Associação de Artesãos de Cachoeira do Brumado, o artesão Antônio Vicente compartilha que o tapete sempre foi a principal fonte de sustento para sua família. Ele menciona que seus pais lhe ensinaram a arte de fazer tapetes e panelas. Embora tenha buscado a educação formal e completado o ensino médio, nunca abandonou essa atividade, pois sabia que a confecção de tapetes garantia um retorno financeiro seguro. O artesão expressou sua alegria ao recordar que turistas costumavam visitar sua casa para comprar os tapetes, mas lamenta que, com o tempo, as vendas diminuíram devido a dificuldades. Contudo, ele ainda nutre a esperança de que, com fé, as vendas possam se recuperar no futuro. Laudejur, mãe de Antônio, além de transmitir o ofício para seus filhos e filhas, também ensinou diversas outras mulheres, que iniciaram seu processo de emancipação financeira sob sua orientação. Inicialmente, essas mulheres teciam para Laudejur, mas, com o tempo, passaram a produzir para si mesmas. Dessa forma, elas não apenas adquiriram habilidades, mas também se tornaram responsáveis por ensinar o ofício a seus próprios descendentes.

Figura 23 - Filha de artesão aprendendo a tecer tapetes



Fonte: Bruna Magalhães. Acervo pessoal (2024)

Figura 24 - Filho de artesã tecendo tapete



Fonte: Bruna Magalhães. Acervo pessoal (2024)

Entre as mudanças ocorridas ao longo do tempo, destaca-se a substituição da matéria-prima: a pita tem sido utilizada com menos frequência, enquanto o sisal se tornou o principal material para a produção de novos tapetes e demais artefatos na região. Tradicionalmente, a fibra de pita era coletada localmente, o que permitia uma conexão direta dos artesãos com os recursos naturais da região. Entretanto, essa prática foi substituída pelo uso do sisal, que agora é adquirido da Bahia. Embora essa mudança facilite o acesso à matéria-prima e reduza o esforço físico necessário, ela também traz implicações significativas. A substituição da pita pelo sisal altera não apenas a logística de produção, mas também desarticula a conexão histórica e simbólica que os moradores tinham com os recursos naturais locais. Essa transformação pode comprometer a identidade cultural da comunidade, pois os artesãos perdem parte de seu legado e do conhecimento ancestral que envolvia a coleta e o processamento da pita. Além disso, o custo elevado do sisal gera um dilema para os artesãos, que sentem a pressão de não valorizar adequadamente seu trabalho para manter a competitividade no mercado, resultando em produtos de baixo preço que comprometem sua sustentabilidade econômica.

Figura 25 - Piteira encontrada pelas ruas do distrito de Cachoeira do Brumado



Fonte: Bruna Magalhães. Acervo pessoal (2024)

Figura 26 - Pita sendo lavada e preparada para uso



Fonte: Artesanato Brumado (2024)

Figura 27 - Como é feita a secagem das cordas



Fonte: TOP Cultura (2014)

Figura 28 - A pita ressecada pronta para uso



Fonte: Bruna Magalhães. Acervo pessoal (2024)

Figura 29 - Mercadoria de sisal sendo entregue no distrito



Fonte: Bruna Magalhães. Acervo pessoal (2024)

Figura 30 - Fardos de sisal sendo entregues em Cachoeira do Brumado



Fonte: Bruna Magalhães. Acervo pessoal (2024)

Figura 31 - Respectivamente, os teares para tecer tapetinho e manta



Fonte: Bruna Magalhães. Acervo pessoal (2024)

Figura 32 - Tear para tecer as chamadas passadeiras ou tiras



Fonte: Bruna Magalhães. Acervo pessoal (2024)

Figura 33 - Dona Figininha tecendo tapete redondo



Fonte: Bruna Magalhães. Acervo pessoal (2024)

Figura 34 - Tapetes de sisal sendo finalizados



Fonte: Bruna Magalhães. Acervo pessoal (2024)

Figura 35 - Tapete sendo sapecado para tirar o excesso de fiapos de sisal



Fonte: Bruna Magalhães. Acervo pessoal (2024)

Figura 36 - Tapete de sisal finalizado e já em uso



Fonte: Bruna Magalhães. Acervo pessoal (2024)

O Programa de TV “Triângulo das Geraes”<sup>1</sup> trouxe, no 14º episódio de 2014, uma conversa com as tecelãs de Cachoeira do Brumado, que ajuda a compreender a mudança do uso da pita para o sisal. A tecelã Cleusa Ulhôa ressaltou que a pita, além de render mais, era menos prejudicial às mãos, resultando em tapetes mais leves e delicados. Com a dificuldade de encontrar a pita na região, a busca pela planta tornou-se um desafio. A tecelã Maria Aparecida, por sua vez, abordou o aspecto financeiro da troca de matéria-prima, apontando

<sup>1</sup> O episódio do Programa de TV “Triângulo das Geraes” que conta sobre o artesanato de Cachoeira do Brumado pode ser assistido acessando o link: <https://youtu.be/3Da6LHr-npA?si=X8F7bh-UmZF-RhDR>.

que o sisal adquirido da Bahia chega à comunidade com um preço elevado. As artesãs também mencionaram a diminuição do número de pessoas que continuam a tecer, refletindo sobre um passado em que muitas pagavam seus estudos através do artesanato. Atualmente, muitas produzem tapetes não mais por necessidade, mas por apreciarem o fazer e como forma de preservar a tradição.

No aspecto social, nota-se por vezes uma divisão de trabalho entre homens e mulheres. Enquanto alguns homens permanecem envolvidos na produção de painéis de pedra sabão, muitas mulheres buscam estudar para ampliar suas oportunidades de trabalho. Essa dinâmica indica um movimento em direção à diversificação das atividades e à emancipação das mulheres na comunidade. Além disso, os moradores do distrito enfrentam diariamente desafios na busca por melhorias na qualidade de vida. Devido ao atraso no desenvolvimento da região, muitos sentem a necessidade de deslocar-se em busca de melhores oportunidades. São mudanças que refletem uma combinação de continuidade das práticas tradicionais e adaptação a novas realidades e expectativas sociais.

Os relatos dos moradores de Cachoeira do Brumado revelam mudanças significativas na produção artesanal e nas dinâmicas sociais do distrito ao longo dos anos. Antigamente, o comércio de produtos artesanais contava com um fluxo constante de turistas e compradores, que contribuía para a economia local. Contudo, a diminuição desse interesse externo fez com que os artesãos se tornassem mais dependentes do comércio local e do esforço comunitário para manter a atividade viva.

Um dos eventos que impactaram negativamente essa dinâmica foi o rompimento da Barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015, em Bento Rodrigues, sub-distrito de Mariana, Minas Gerais. Este foi um dos piores crimes ambientais da história do Brasil, no qual a empresa Vale S/A causou danos irreparáveis ao ecossistema e às comunidades ribeirinhas. O crime resultou em uma redução drástica do fluxo de turistas na região, incluindo Cachoeira do Brumado, o que prejudicou a renda de artesãos e a continuidade das atividades tradicionais essenciais para a identidade cultural local. Essa situação evidencia a vulnerabilidade das comunidades frente às decisões políticas e econômicas de grandes corporações, que, ao ignorar os impactos de suas ações, comprometem a preservação do patrimônio cultural e a qualidade de vida das populações que buscam viver de forma sustentável. Em entrevista para o G1 MG, Antônio Tavares dos Santos, da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), explica: “o turismo de negócios movimentava 70% do setor na cidade histórica. Com a tragédia, ele diz que o aumento de pessoas que vão ao

município com este fim teve leve alta, o que não foi suficiente para compensar os impactos do sumiço daqueles que visitam Mariana buscando lazer”. (G1, 2016, n.p).

Outro fator que pode estar influenciando essa diminuição nas vendas é a concorrência com produtos industrializados e de baixo custo, que dominam o mercado. A facilidade de acesso a produtos fabricados em massa, disponíveis em grandes lojas, torna difícil para os artesãos justificar os preços de suas criações, que refletem o tempo e a habilidade necessários para sua confecção. Isso pode levar os consumidores a perceberem os produtos artesanais como menos acessíveis, optando por alternativas mais baratas. Mudanças nas preferências dos consumidores também desempenham um papel importante. Com a crescente valorização da sustentabilidade e da produção ética, muitos consumidores estão se tornando mais conscientes do impacto ambiental de suas escolhas. Embora isso possa beneficiar o artesanato em um nível, a transição para materiais mais sustentáveis e a adoção de práticas mais éticas exigem investimento e adaptação por parte dos artesãos, o que pode representar uma barreira significativa, especialmente em tempos de incerteza econômica.

Embora sejam inúmeros os fatores que apresentam riscos para a continuidade da tradição dos tapetes artesanais em Cachoeira do Brumado, há de se ressaltar as conquistas e reconhecimentos ao longo dos anos, e as ações que fortalecem a tradição. Como foi observado, o saber-fazer dos tapetes em pita é um bem inventariado pelo município de Mariana, o que atribui valor ao artesanato, reconhecendo sua importância e significado para a comunidade. No que se refere à documentação e à divulgação de informações, embora a quantidade disponível seja limitada, o que existe é extremamente valioso. Isso inclui desde trabalhos acadêmicos que abordam o distrito e seus artesanatos até publicações de livros que narram histórias fundamentais da cultura e identidade local.

A jornalista Thalia Gonçalves, autora do livro “Mãos que contam histórias: vida e obra de artesãos cachoeirenses” (2019), dedicou-se a resgatar as memórias de cinco artesãos pioneiros do distrito, revelando como suas narrativas pessoais se entrelaçam para formar a história de Cachoeira do Brumado. Esta obra é fundamental para a preservação da memória e identidade local, pois não apenas documenta as trajetórias desses artesãos, mas também valoriza suas contribuições para a cultura e a tradição da região.

Em 2020, foi publicado o livro “Escrita docente sobre os distritos de Mariana: Interfaces entre a história local e a história pública” (organizado por Cibele Viana e Virgínia Buarque), uma coletânea de capítulos que aborda a riqueza dos distritos da cidade. O capítulo 4, intitulado "Cachoeira do Brumado: Ofícios e práticas educativas como marcos de presença", de Sérgio de Sales, explora a história local, o tropeirismo, o artesanato, bem como

os aspectos da educação, cultura e ecologia. Esta obra é de grande relevância para a preservação da história, pois reúne e divulga conhecimentos que ajudam a consolidar a identidade cultural da região, assegurando que as experiências e tradições locais sejam reconhecidas e valorizadas por futuras gerações.

Já a arquiteta Amanda Eleutério propõe, em seu memorial descritivo publicado em 2022 e intitulado “Lugar de memória: Cachoeira do Brumado, os artesãos e o artesanato”, a criação de um centro cultural voltado para a memória e o mercado do artesanato no distrito de Cachoeira do Brumado. Essa iniciativa representa um passo significativo em direção à preservação e valorização do patrimônio local, evidenciando um esforço coletivo para reconhecer e celebrar as tradições artesanais da região. A criação desse centro não apenas proporcionaria um espaço físico para a exposição e comercialização dos produtos artesanais, mas também serviria como um ponto de encontro para a comunidade, estimulando o intercâmbio de conhecimentos e a transmissão de saberes entre gerações. Além disso, ao resgatar e promover a história do artesanato local, o centro contribuiria para fortalecer a identidade cultural do distrito, garantindo que suas memórias e tradições permaneçam vivas em um mundo cada vez mais globalizado.

Além das produções textuais, o distrito de Cachoeira do Brumado também ganhou destaque em documentários, filmes e programas de televisão. Uma produção de Carlos Tourinho, a película de curta-metragem “E assim foi...”, feita na década de 1970<sup>2</sup>, retrata a história e formação de Cachoeira do Brumado, abordando contextos históricos e aspectos econômicos, além de apresentar registros únicos da época na região. Em 2017, o programa *Terra de Minas*<sup>3</sup>, da TV Globo Minas, visitou o distrito e apresentou aspectos da cultura local, destacando a história, as tradições e o artesanato. Além dessas produções, o distrito também aparece em outras redes. Essas exposições ajudam a promover o reconhecimento das práticas tradicionais e impulsionar o turismo local, fortalecendo a preservação de sua herança cultural.

<sup>2</sup> O documentário “E assim foi...”, produção de Maria Iacroski e roteiro e direção de Carlos Tourinho, pode ser acessado por meio deste link: [https://youtu.be/MAhsGZJ5h9c?si=hWJu3ibzCQxII5\\_m](https://youtu.be/MAhsGZJ5h9c?si=hWJu3ibzCQxII5_m).

<sup>3</sup> Trechos da visita do programa Terra de Minas no distrito, podem ser assistidos acessando o link a seguir: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/terra-de-minas/video/memorial-do-tropeiro-e-inaugurado-em-cachoeira-do-brumado-3981928.ghtml>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda pesquisa desenvolvida, é possível compreender que há relações de gênero no que diz respeito à preservação da tradição dos tapetes artesanais, tendo em vista que atualmente a maior parte da produção é feita por artesãs, dessa forma, entende-se a necessidade de buscar sempre fortalecer o reconhecimento desse artesanato e de suas produtoras, considerando o histórico de dificuldades em reconhecimento não somente do patrimônio imaterial mas ainda daquele que é feito, em sua maioria, por mulheres.

A discussão entre os artesãos sobre a queda nas vendas dos tapetes e demais produtos artesanais demonstra uma complexa interação de fatores que afetam o mercado local. Em resumo, a análise da queda nas vendas de tapetes reflete as complexas interações entre tradição e modernidade, funcionalidade e estética, além das pressões econômicas que moldam o mercado. A diversificação das ofertas pelos artesãos é uma estratégia válida, mas também representa um desafio na manutenção da identidade cultural e na preservação das técnicas artesanais que caracterizam a região.

O desenvolvimento deste trabalho proporcionou uma compreensão mais aprofundada da construção histórica do distrito de Cachoeira do Brumado, dos seus processos de transformação e da formação cultural que molda suas tradições e identidade. Além disso, destacou a importância de cada morador na construção e preservação dessa identidade. Os resultados das pesquisas indicam a necessidade de ações que promovam as tradições locais, não apenas para os turistas, mas, sobretudo, para a própria comunidade, incentivando seu engajamento na prática do artesanato e na preservação dessas tradições. Assim, busca-se derivar novas iniciativas que possam contribuir para a preservação e valorização cultural do distrito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única / Chimamanda Ngozi Adichie; Tradução Julia Romeu. - 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AMÂNCIO, Hélder. Antropologia e Patrimônio cultural. Cadernos NAUI Vol. 3, No. 5, jul -dez 2014. Disponível em: <<https://nau.paginas.ufsc.br/files/2015/06/Antropologia-e-Patrim%C3%B4nio-Cultural.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BEZERRA, Maria Lucineide Ribeiro et al. Marias do Icó: a mulher enquanto parte do patrimônio imaterial icoense. Anais VI CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/61039>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934. Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 03 jul. 2024.

SALES, Sérgio Eduardo de. Cachoeira do Brumado: ofícios e práticas educativas como marcos de presença. In: BUARQUE, Virginia Albuquerque de Castro. ESCRITA DOCENTE SOBRE OS DISTRITOS DE MARIANA: INTERFACES ENTRE A HISTÓRIA LOCAL E A HISTÓRIA PÚBLICA. 1. ed. Contagem, MG/Brasil: Editora Escola Cidadã, 2022. p.153-184.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. Capítulo VI. São Paulo, UNESP. 2001, p.205-258.

CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. Rio de Janeiro: Revista do IPHAN, No. 35, 2017.

DICIONÁRIO Temático de Patrimônio: debates contemporâneos. Organização: Aline Carvalho e Gristina Meneguello. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2020.

E ASSIM FOI... [Documentário]. Produção: Maria Iacroski; co-produção: Amaral Netto; roteiro e direção: Carlos Tourinho. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MAhsGZJ5h9c>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O "Patrimônio em processo": trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC/Iphan, 2005.

G1. Seis meses após desastre, turismo em Mariana ainda sofre reflexos. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/05/seis-mes-es-apos-desastre-turismo-em-mariana-ainda-sofre-reflexos.html>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

GOMES, Maria Sueli. Novo dicionário escolar. 10. ed. Belo Horizonte: Acervo Cultural, 1999.

GONÇALVES, Thalia. Mãos que contam histórias: vida e obra de artesãos cachoeirenses / Thalia Gonçalves. – 1. ed. – Ouro Preto: Editora UFOP, 2023. 122 p. il.: color.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (Verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

HERRMANN, M. B. Artesanato: entre patrimônio e mercado. Relacult: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 805–814, 2016. DOI: 10.23899/relacult.v2i4.307. Disponível em: <<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/307>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

GOULART, José Olímpio. História de Cachoeira do Brumado: Ênfase: Evolução do artesanato local. Rio de Janeiro: Estabelecimentos Gráficos Borsoi (LTDA), 1961.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. História - Mariana (MG). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4020/a-forca-feminina-na-preservacao-e-gestao-do-patrimonio-cultural>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sinopse por setores. 16 nov. 2011.

KELLER, P. F. O artesão e a economia do artesanato na sociedade contemporânea. *Política & Trabalho: revista de ciências sociais*, [S. l.], v. 1, n. 41, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/21342>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli et al. (Orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 55-63.

LEI nº 471, de 01/06/1850. Texto Original - Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/471/1850/>>.

LIMA FILHO, M.; CAMARGO DA SILVA, T. A arte de saber fazer grafismo nas bonecas Karajá. *Horizontes Antropológicos*, v. 18, n. 38, dez. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/jrZcJSC76yHgyv4qyfvHGQK/>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

LÓPEZ, C.; SHANLEY, P.; FANTINI, A. (Ed.). *Riches of the forest: fruits, oils, remedies and handicrafts in Latin America*. CIFOR / DFID / EC / Overbrook Foundation, 2004. Indonésia.

MACHADO, Juliana Porto. O conceito de artesanato: uma produção manual. *Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 52–72, 2024. Disponível em: <<https://revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/28>>.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MARIANA. Registro do bem imaterial: modo de fazer panela de pedra-sabão do distrito de Cachoeira do Brumado. Prefeitura Municipal de Mariana, 2016.

Mariana (MG). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 26. p. 49-57. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_26.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_26.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2024.

O MONUMENTO. Caderno Especial, set/out 1991. Mariana, Minas Gerais.

SANTOS, F. M.; CRUZ, M. B.; VARTULI, S. M. A. R. Pelas estradas da Capitania de Minas Gerais: o tropeirismo na primeira década do século XIX. Cadernos de História, v. 21, n. 34, p. 50-65, dez. 2020.

SANTOS, Marinalva Batista. Programa Cultural de Ouro Preto: o poeta e o contexto. Ouro Preto: Programa Cultural de Ouro Preto, 1981.

SANTOS, Vinícius Melquíades. Os artesãos da pedra: arqueologia e museologia das vasilhas de pedra-sabão em Minas Gerais. São Paulo, 2011. 267 f.

SANTOS, Vinícius Melquíades. Pedras artesãs: materialidade, tecnologias e mobilidades das panelas de pedra-sabão em Minas Gerais. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SOARES, Ecidinéia Pinto. Caracterizações geotécnica e mineralógica de um filito dolomítico do Quadrilátero Ferrífero com vistas ao estudo de estabilidade de taludes incorporando a sucção. Universidade Federal de Viçosa, 2008.

TRIBUNA DE MARIANA. Edição nº 283, julho 2001, Mariana, Minas Gerais.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. MISC/2003/CLT/CH/14, 2006. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540\\_por.locale=en](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por.locale=en)>. Acesso em: 03 jul. 2024.